



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria Executiva de Valorização e Qualidade de Vida  
Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação de Promoção à Saúde e Segurança do Trabalho  
Gerência de Segurança do Trabalho

**LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT Nº 3329/2022 - SEEC/SUBSAUDE/COPSS/GST**

Brasília-DF, 08 de agosto de 2022.

<b>Referência</b>	04026-00033781/2021-04
<b>Objeto</b>	INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE - GRUPO HOMOGÊNEO DE EXPOSIÇÃO (GHE)
<b>Interessado</b>	SERVIDORES/SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - DF
<b>Cargo/Função</b>	POLICIAIS PENAIIS - ESTABELECIMENTOS ADMINISTRATIVOS, OPERACIONAIS, COORDENAÇÃO, DIREÇÃO, GERÊNCIAS E CHEFIAS
<b>Setor de Lotação</b>	SEDES DA SEAPE

**IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO**

<b>Órgão</b>	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - SEAPE/DF
<b>Unidade Laboral</b>	DIVERSOS SETORES DA SEAPE
<b>Endereço Laboral</b>	SETOR BANCÁRIO SUL - SBS, QUADRA 02, BLOCO G, LOTE 13 - CEP: 70070-933; ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA DE BRASÍLIA - PARQUE FERROVIÁRIO, ZONA INDUSTRIAL, BRASÍLIA - DF - CEP 70631-900 SGO QD. 05 - ANTIGO TSE - ASA NORTE, BRASÍLIA - DF, 70610-650
<b>Contato Local</b>	<b>VALESSA DE SOUSA OLIVEIRA - Matr.0180245-3</b>

Telefone	3335-9528	E-mail	digep@seape.df.gov.br
Detalhamento do local de trabalho	Edificações de média complexidade construtiva, dotada de alvenaria e concreto armado, subdivididos em salas compostas por paredes em material drywal, piso em porcelanato, instalações hidrosanitárias, elétricas e de rede lógica, bem como, ventilação e iluminação mista (natural e artificial).		

## INTRODUÇÃO

Este laudo técnico **COLETIVO** tem o objetivo de verificar as condições de trabalho a que estão sujeitos os Policiais Penais lotados na estrutura administrativa dos Edifícios Sede, inclusive aqueles com finalidades de apoio ao serviço operacional.

A conclusão contemplará os setores/atividades que se caracterizam ou não como sendo de caráter periculoso, conforme a essência das atribuições de cada setor e atividade.

Cabe destacar, que os riscos ocupacionais são aqueles presentes nos ambientes de trabalho, relativos à ocupação dos servidores, seja pelo trabalho ou pela condição inerente ao serviço que executam. Para o reconhecimento dos riscos ocupacionais levamos em consideração a existência e combinação, no ambiente de trabalho, de ao menos três componentes: perigo (fator de risco), receptor, e exposição.

- i) Perigo: o perigo é uma propriedade intrínseca ao material/situação perigosa, isto é, são indissociáveis, e que possui potencial para causar danos não apenas à integridade ou à saúde do trabalhador, mas também ao patrimônio, ao meio ambiente, ou uma combinação de todos eles.
- ii) Receptor: é o componente que absorverá a energia ou ação fora de controle, que poderá sofrer danos à sua saúde ou integridade, causados pelo material/situação perigosa. Podem ser indivíduos, patrimônio, meio ambiente, ou uma combinação destes.
- iii) Exposição: é a probabilidade de exposição ao perigo, o componente que de fato propicia que os perigos ofereçam riscos aos trabalhadores. Sem a exposição destes aos perigos, não há risco.

Assim, identificando-se a existência de perigo, trabalhador e exposição em um ambiente de trabalho, é lógico reconhecer a ocorrência de um risco ocupacional.

Segundo os arts. 79 a 83 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, fará jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade o servidor que trabalhar com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, enquanto durarem as condições ou os riscos que deram causa a sua concessão. Todavia, para recebimento do referido adicional é imprescindível que o laudo pericial do local ou da situação laboral diga as reais circunstâncias, pois o direito à referida verba não decorre da simples leitura das atribuições do cargo ocupado.

O art. 3º do Decreto Distrital nº 32.547/2010 condicionou o pagamento do adicional de insalubridade ou o de periculosidade à elaboração de perícia técnica para auferir se o servidor está exposto a fatores de risco, valendo salientar que em relação à concessão dos mencionados adicionais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho, dentre elas a NR nº 16.

A Lei 12.740/2012 alterou o artigo 193 da CLT, que passou a considerar, em seu inciso II, como atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em

virtude de exposição permanente do trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

A consolidação da concessão do adicional de periculosidade ocorreu com a publicação da Portaria nº 1885, de dezembro de 2013, regulamentando a previsão contida no artigo supracitado, conforme Anexo 3 da NR-16. Pelo qual, qualifica como profissional de segurança pessoa ou patrimonial, os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:

1. Empregados das empresas prestadoras de serviços nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme a lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
2. Empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Por outro lado a Portaria nº 370, de 31 de outubro de 2021 que regulamenta o Serviço Voluntário de Execução Penal, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, estabelece no Art. 1º que o servidor da carreira de Execução Penal do Distrito Federal, da ativa, poderá ser escalado para desempenhar atividades do cargo de agente de execução penal, nos termos do artigo 7º da [Lei Distrital nº 3.669, de 13 de setembro de 2005](#), em especial:

I - reforço dos plantões dos estabelecimentos penais, da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais, do Centro Integrado de Monitoração Eletrônica e da Gerência de Fiscalização de Custodiados;

II - atuação em serviços relacionados a projetos e programas de ressocialização da pessoa privada de liberdade e do internado;

III - participação em operações;

IV - reforço das equipes de escoltas judiciais e hospitalares;

V - reforço das equipes de visitas;

VI - reforço das atividades de policiamento, segurança e custódia;

Além disso, o Policial Penal poderá ser escalado a comparecer em dia e horário específico para compor algum tipo de "OPERAÇÃO ESPECIAL", como as atividades comandadas pela Diretoria de Inteligência Penitenciária.

Ainda para fins de reconhecimento da atividade como especial, deve ser referido que a habitualidade e a permanência do tempo de trabalho em condições especiais, prejudiciais à saúde ou à integridade física, referidas no artigo 57, § 3.º, da Lei n.º 8.213/91 não pressupõem a exposição contínua ao agente nocivo durante toda a jornada de trabalho. Deve ser interpretada no sentido de que tal exposição deve ser ínsita ao desenvolvimento das atividades cometidas ao trabalhador, integrada à sua rotina laboral, e não de ocorrência eventual, ocasional. Exegese diversa levaria à inutilidade da norma protetiva, pois em raras atividades a sujeição direta ao agente nocivo se dá durante toda a jornada de trabalho, e em muitas delas a exposição em tal intensidade seria absolutamente impossível.

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIDOR**

<b>Descrição das atividades servidor/gestor</b>	As atribuições dos servidores da carreira da Polícia Penal do Distrito Federal, estão definidas no Art. 7º da Lei n.º 3.669, de 15 de setembro de 2005, e alterado na forma da Lei n.º 5783 de 21 de dezembro de 2016 e Lei nº 6.373, de 12 de setembro de 2019.
<b>Descrição das atividades Parecer Técnico</b>	<p>Compete a SEAPE administrar o sistema penitenciário do Distrito Federal;</p> <p>I – administrar o sistema penitenciário do Distrito Federal;</p> <p>II - coordenar e controlar a execução das competências específicas e genéricas das unidades que a compõem;</p> <p>III - coordenar e acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal e o cumprimento das determinações provenientes da Vara de Execuções Penais (VEP) e da Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto (VEPERA);</p> <p>IV - expedir normas de uniformização dos procedimentos das unidades que a compõem, bem como controlar, avaliar e supervisionar a execução de suas atividades;</p> <p>V - coordenar as atividades de escoltas internas e externas, manutenção da disciplina e da ordem, investigação e controle de custodiados do sistema penitenciário;</p> <p>VI - produzir conhecimentos de inteligência, referentes ao sistema penitenciário, em articulação e subordinação técnica com a Diretoria de Inteligência Penitenciária - DIP/SEAPE.</p> <p>VII - coordenar as atividades de apoio aos serviços gerais dos estabelecimentos penais;</p> <p>VIII - planejar e coordenar ações preventivas e/ou repressivas relativas a atos de indisciplina da população custodiada que possam comprometer a segurança e a ordem do Sistema Penitenciário;</p> <p>IX - assessorar o Secretário nos temas que envolverem o Sistema Penitenciário;</p> <p>X - uniformizar procedimentos e normatizar o funcionamento operacional e administrativo dos estabelecimentos penais e demais unidades que a compõem; e</p> <p>XI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.</p>
<b>Metodologia Utilizada</b>	<p>A metodologia utilizada foi a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Levantamento das informações ambientais e funcionais, bem como avaliações ambientais dos servidores da carreira de policial penal;</li><li>- Análise dos resultados e</li><li>- Verificação da legislação vigente.;</li></ul>

- Adotou-se o procedimento de técnica de avaliação qualitativa em relação à exposição aos possíveis riscos. As avaliações realizadas no laudo foram feitas considerando Grupos Homogêneos de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo específico de trabalhadores, os quais estão expostos de modo semelhante, de forma que o resultado da avaliação da exposição de qualquer um membro do grupo, seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo. Em outras palavras, os GHE's são os grupos formados por trabalhadores que estão expostos aos mesmos tipos de riscos ambientais no local de trabalho, sendo que os resultados das amostras quantitativas ou qualitativas de 01 (um) dos membros deste grupo pode ser replicado para os demais integrantes.

### DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal foi criada pelo Decreto Nº 40.833, DE 26 de maio de 2020, com funcionamento regulado por meio do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 40.079, de 04 de setembro de 2019, e competências herdadas da antiga Subsecretaria do Sistema Penitenciário.

Esclarecemos que esta análise pericial trata-se de uma averiguação completa do objeto, para o presente caso, adicional de insalubridade e periculosidade, existindo a necessidade de se verificar quais os riscos os servidores ocupantes da carreira estariam expostos. Por esta razão analisaremos a NR-15 e NR-16 como um todo. Desta forma, foram verificados os seguintes riscos ambientais no ambiente de trabalho dos servidores da Carreira da Polícia Penal do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária:

- a. Riscos Físicos: Não foi encontrada nenhuma forma de exposição;
- b. Riscos Químicos: Não foi encontrada nenhuma forma de exposição;
- c. Riscos Biológicos: Não foi encontrada nenhuma forma de exposição.
- d. Em relação ao adicional de periculosidade, são consideradas atividades e operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: Atividades e Operações Perigosas com explosivos; Atividades e Operações Perigosas com inflamáveis; Atividades e Operações Perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial; Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica; Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou substâncias radioativas; Atividades e Operações Perigosas dos trabalhadores em Motocicleta.

Mediante a Portaria 1.885/2013, o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou o Anexo 3 da NR -16:

1. As atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas.
2. São considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:
  - a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.

b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

3. As atividades ou operações que expõem os empregados a roubos ou outras espécies de violência física, desde que atendida uma das condições do item 2, são as constantes do quadro abaixo:

ATIVIDADES OU OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.
Segurança de eventos	Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
Segurança nos transportes coletivos	Segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações.
Segurança ambiental e florestal	Segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento.
Transporte de valores	Segurança na execução do serviço de transporte de valores.
Escolta armada	Segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.
Supervisão/fiscalização Operacional	Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes.
Telemonitoramento/telecontrole	Execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.

O Anexo 3, da Norma Regulamentadora 16 (NR-16), do Ministério do Trabalho e Emprego, considera profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das condições ali descritas, constando no número 2, letra b, da referida regulamentação, os empregados que exercem a

atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

O labor dos Policiais Penais se mostra diretamente vinculado à segurança do ambiente prisional e das pessoas que lá trabalham, bem como de todo o sistema prisional. Ilustrando a tensão em cada posto de serviço, onde o policial pode ser lotado. Fica evidente que estes profissionais são os responsáveis pela segurança de todo o ambiente prisional – segurança dos detentos, segurança dos demais profissionais, segurança dos visitantes, segurança patrimonial, além de responsável por sua própria segurança. Estando sujeitos a tensão decorrente do risco a que ficam expostos diariamente. Risco de brigas, risco de fuga, além do ápice compreendido no risco de rebeliões.

Ante do exposto, constatou-se que as atribuições do cargo de Policial Penal podem ser enquadradas como sendo perigosas, nos moldes da NR-16, desde que envolva atividades de escolta armada, segurança pessoal, vigilância patrimonial e Telemonitoramento/telecontrole.

#### **DADOS DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELO LEVANTAMENTO TÉCNICO AMBIENTAL**

- CAMILA GUIMARÃES GONDIN DE SOUSA LIPORONI - Engenheira de Segurança do Trabalho - CREA 13617/D-DF
- EDUARDO FLÁVIO FILGUEIRAS DE ALMEIDA - Engenheiro Segurança do Trabalho - CREA Nº 4433/D-DF
- RODOLFO FRANCELINO ALVES – Engenheiro de Segurança do Trabalho – CREA 15603/D-DF

#### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que estabelece as Normas Regulamentadoras - NR-15 e NR-16; Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011; Decreto n.º 32.547, de 07 de dezembro de 2010; Decreto nº 34.023, de 10 de dezembro de 2012.

#### **CONCLUSÃO**

Considerando que apenas e tão somente o desempenho de atividades que envolvem escolta armada, segurança pessoal, vigilância patrimonial, fiscalização Operacional e telemonitoramento/ telecontrole exercidas nas atividades de cunho operacional, fazem jus ao adicional de periculosidade;

Considerando que as atividades de cunho administrativo e as que envolvem COORDENAÇÃO, DIREÇÃO, GERÊNCIAS E CHEFIAS, apesar de serem realizadas por servidores da carreira da Polícia Penal do Distrito Federal, não podem ser enquadradas automaticamente como perigosas. Porém, aqueles servidores que estão lotados na SEAPE, mas que atuam nas unidades prisionais, poderão fazer jus ao adicional de periculosidade quando atendidos os requisitos do Anexo 3 da NR-16.

CONCLUI-SE que os policiais penais fazem jus ao adicional de periculosidade, devendo perceber o percentual de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos básicos, conforme preconizado na Lei Complementar n.º 956, de 20 de dezembro de 2019, nos seguintes casos:

SETOR	PERICULOSIDADE		OBSERVAÇÃO
	SIM	NÃO	
<b>1. GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE CUSTODIADOS – GEFIC</b>	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
1.1. EXPEDIENTE	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
1.2. UNIDADE DE PLANTÃO	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
<b>2. CENTRO INTEGRADO DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA – CIME</b> NÚCLEO DE ANÁLISE JURIDICO-ADMINISTRATIVA NÚCLEO DE ARQUIVOS E PRONTUÁRIOS NÚCLEO DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO E ESTATÍSTICA	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.



2.1. UNIDADE DE PLANTÃO I	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
2.2. UNIDADE DE PLANTÃO II	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
2.3. UNIDADE DE PLANTÃO III	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
2.4. UNIDADE DE PLANTÃO IV	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
<b>3. GERÊNCIA DE OBRAS - GEOR</b> NÚCLEO DE SUPORTE OPERACIONAL	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
<b>4. GABINETE</b>		X	
4.1 ASSESSORIA E ASSESSORIA ESPECIAL		X	
4.2. COMISSÃO PERMANENTE		X	

DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL			
4.3. COMISSÃO PERMANENTE DE DISCIPLINA	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
4.4. COORDENAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL		X	
4.4.1. GERÊNCIA DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO - GCO (NÚCLEO DE PSICOLOGIA E NÚCLEO DE PSIQUIATRIA)	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
5. GERÊNCIA DE SINDICÂNCIAS NÚCLEO DE SINDICÂNCIAS E APURATÓRIOS PRELIMINARES	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
6. GERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS		X	
7. GERÊNCIA DE SAÚDE	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam na vigilância dos custodiados que estão em tratamento de saúde.
7.1. EXPEDIENTE	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam na vigilância dos custodiados que estão em tratamento de saúde.
7.2. EQUIPES DE PLANTÃO	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como

			atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
<b>8. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam diretamente dentro das Unidades Prisionais.
8.1. EQUIPES DE PLANTÃO	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam diretamente dentro das Unidades Prisionais.
8.2. EXPEDIENTE	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam diretamente dentro das Unidades Prisionais.
<b>9. SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>		X	
<b>10. COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS</b>		X	
<b>11. DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS</b>		X	
<b>12. DIRETORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		X	
<b>13. DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>		X	
<b>14. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>		X	
<b>15. DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b>		X	
15.1 GERÊNCIA DE REGISTROS		X	

FINANCEIROS			
15.2. GERÊNCIA DE REGISTROS FUNCIONAIS		X	
16. DIRETORIA DE SUPORTE OPERACIONAL		X	
16.1. GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO		X	
17. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES LICITAÇÕES		X	Antiga Comissão de Licitação e Gerência de Aquisições
18. OUVIDORIA		X	
19. ASSESSORIA JURIDICO-LEGISLATIVA		X	
20. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO		X	
21. ACADEMIA DA POLÍCIA PENAL DO DF	X		Fazem jus a periculosidade apenas os policiais que atuam na formação e treinamentos voltados à capacitação e ao aperfeiçoamento de servidores do Sistema Penitenciário.
22. DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA NÚCLEO DE OPERAÇÃO DE INTELIGÊNCIA NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA NÚCLEO DE CONTRA-INTELIGÊNCIA	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.

<b>23. GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO</b> NÚCLEO DE PATRIMÔNIO	X		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança pessoal, patrimonial, escolta armada e fiscalização operacional, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.
<b>24. GERÊNCIA DE TRANSPORTES</b>	x		As funções desenvolvidas neste setor, classificam-se como atividades de segurança patrimonial das viaturas da SEAPE/DF, exposta a risco acentuado, nos termos do anexo 3 da NR-16 da Portaria 3.214/78 do MTE.

Nos casos dos **Policiais Penais que estão lotados nos setores que tem por atribuição atividades distintas daquelas elencadas no Anexo 3 da NR-16**, ou seja, não tem como atividade principal a execução de escolta armada, segurança pessoal, vigilância patrimonial, fiscalização operacional e telemonitoramento/telecontrole, **poderão ter direito a percepção do adicional de periculosidade, quando comprovado a atuação em atividades operacionais, dentro do sistema prisional, ou nas atividades de escolta armada ou de inteligência, como serviço voluntário e atividades especiais de controle/fiscalização dos custodiados beneficiados com as saídas temporárias.** -

Conforme evidenciado nas avaliações *in loco*, alguns cargos de chefia/gestão, além das atividades administrativas, também executam atividades operacionais. Nesta condição, para estes cargos, mediante comprovação, poderá ser caracterizada a condição de periculosidade.

No caso dos servidores cedidos ou postos à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública, será necessário a comprovação de atividades operacionais **dentro do sistema prisional, ou nas atividades de escolta armada ou de inteligência, como serviço voluntário e atividades especiais de controle/fiscalização dos custodiados beneficiados com as saídas temporárias**, caso contrário, a periculosidade não será caracterizada.

**OBSERVAÇÃO:** Cabe ao setor de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal realizar a atualização permanente dos servidores que fazem jus ao adicional de periculosidade, conforme movimentação de pessoal, bem como, suspender a concessão do benefício, emitindo inclusive, comunicação oficial ao servidor interessado, cientificando-o do ato e concedendo a este o direito de petição nos termos legais. Respondem nas esferas administrativa, civil e penal, os peritos, dirigentes e gestores que concederem ou autorizarem o pagamento do adicional de periculosidade em desacordo com a legislação vigente.

Nos casos em que envolvem servidores em cumprimento de restrição emitido por junta médica oficial, deve ser aberto processo Sei individualizado e, após, encaminhado à Diretoria de Gestão de Pessoas/SEAPE, para instrução processual e encaminhamento, por despacho, à GST/SUBSAÚDE, para a devida análise.

O referido LTCAT envolve um Grupo Homogêneo de Exposição - GHE específico, a saber: Policiais Penais, sendo elaborado de forma coletiva em consonância com o Art. 52 §4º do Decreto n.º 34.023/2012. O modelo é tecnicamente utilizado para mapear e identificar os servidores expostos aos

mesmos agentes nocivos.

Este laudo tem natureza declaratória e, portanto, deve retroagir até a data em que as atividades nele elencadas começaram a ser desempenhadas pelos servidores lotados nas referidas unidades laborais, independentemente das mudanças de endereços/localizações geográficas destes ambientes, bem como os cedidos lotados na Secretaria de Estado de Segurança Pública SSP/DF, ou seja, desde o período de julho de 2021 quando iniciamos o levantamento de risco das referidas unidades.

Vale ressaltar que o adicional é devido aos servidores que executam as atividades de segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio e da incolumidade física de pessoas, bem como em escolta armada.

**ESTE LAUDO REVOGA O LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT Nº 804/2022 - SEEC/SUBSAUDE/COPSS/GST (81467128), DE 07 DE MARÇO DE 2022.**

#### DADOS DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELO ENQUADRAMENTO TÉCNICO E CONCLUSÃO

- CAMILA GUIMARÃES GONDIN DE SOUSA LIPORONI - Engenheira de Segurança do Trabalho - CREA 13617/D-DF
- EDUARDO FLÁVIO FILGUEIRAS DE ALMEIDA - Engenheiro Segurança do Trabalho - CREA Nº 4433/D-DF
- RODOLFO FRANCELINO ALVES – Engenheiro de Segurança do Trabalho – CREA 15603/D-DF



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO FRANCELINO ALVES - Matr.0270351-3, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura - Engenheiro de Segurança do Trabalho**, em 06/10/2022, às 17:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FLAVIO FILGUEIRAS DE ALMEIDA - Matr.0269536-7, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura - Engenheiro de Segurança do Trabalho**, em 06/10/2022, às 18:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CAMILA GUIMARAES GONDIN DE SOUSA LIPORONI - Matr.0269565-0, Analista de Planejamento Urbano e Infraestrutura - Engenheira de Segurança**



**do Trabalho**, em 06/10/2022, às 18:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **92810988** código CRC= **63E50194**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS-B, Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 5º Andar - Bairro Asa Sul - CEP 70308-200 - DF  
3347-5092

04026-00033781/2021-04

Doc. SEI/GDF 92810988